

**HABEAS CORPUS Nº 523.827 - CE (2019/0220267-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : **GLAUBER FURTADO TEIXEIRA E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **GLAUBER FURTADO TEIXEIRA - CE009635**  
ALBERTO HERMOGENES SAMPAIO MOREIRA -  
CE026166  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PACIENTE** : **PABLO BARROSO CALDAS (PRESO)**  
**PACIENTE** : **REGINALDO MELO CALDAS (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

**DECISÃO**

**PABLO BARROSO CALDAS e REGINALDO MELO CALDAS** alegam sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 0625021-23.2019.8.06.0000, em que **foi mantida suas prisões preventivas**.

Depreende-se dos autos que a prisão temporária dos pacientes foi convertida em preventiva em 26/11/2018 pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, c/c o art. 29, todos do Código Penal. Neste *writ*, assere a defesa a ausência de fundamentação idônea para sustentar a segregação cautelar dos acusados, dado o apontamento apenas da gravidade em abstrato dos delitos. Salienta, ainda, a ocorrência de excesso de prazo para o encerramento do feito e questiona a dispensa de testemunhas.

**Não concedida a medida liminar** e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pelo não conhecimento do habeas corpus.

**Decido.**

Ao converter as prisões temporárias em preventivas, o Juízo de primeira instância salientou que "[o]s indícios apresentados, traduzidos nos depoimentos colhidos pelo Delegado de Polícia, **dão conta de que os acusados estariam ameaçando e intimidando testemunhas do crime e parentes das vítimas, sendo certo que as suas prisões cautelares são necessárias como uma forma de se assegurar a regular oitiva judicial das testemunhas arroladas pelo Ministério Público na denúncia oferecida e já recebida nesta data**, assim como uma forma de impedir que os acusados

em liberdade ofendam bens jurídicos fundamentais ao bom convívio social e das próprias testemunhas" (fl. 248, grifei).

A esse respeito, urge consignar que a prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

No que tange à hipótese dos autos, é imperioso salientar que, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "notícia de perturbação causada pelo agente no curso da persecução penal tolhendo, de qualquer forma, a atuação da testemunha em sua ampla liberdade de prestar declarações acerca dos fatos em apuração, **é motivo sobejo para a decretação da prisão preventiva para conveniência da instrução criminal**" (RHC n. 119.577/AL, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 10/2/2020, destaquei).

Já em relação ao suposto excesso de prazo para o encerramento do feito, a Corte de origem apontou ser "cediço que somente se configura o constrangimento ilegal quando fica evidente a falta de razoabilidade do tempo de manutenção da prisão provisória, situação que, in casu, entendo não estar caracterizada" (fl. 499).

Destacou também que "[n]ão se vislumbra paralisação irregular do evoluir processual, vez que **o feito tramita normalmente, com a marcha que permitem as peculiaridades do caso, estando os pacientes já pronunciados, o que faz incidir no caso a Súmula 21 do STJ**: 'Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.'" (fl. 500).

Ilustrativamente:

[...]

4. Nesse contexto, **tendo a instrução processual da primeira fase do Júri sido encerrada e os pacientes pronunciados, incide na hipótese o disposto na Súmula 21 desta Corte Superior** que assim dispõe:

"pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução." [...] (HC n. 533.340/PR, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 19/12/2019, sublinhei).

[...]

2. Na espécie, a despeito de o paciente estar custodiado há cerca de 3 anos, **trata-se de ação penal que apura a prática de dois crimes, quais sejam, homicídio qualificado e corrupção de menor, e já foi prolatada decisão de pronúncia - o que atrai, inclusive, a incidência do enunciado 21 da Súmula desta Casa - e**, ao que tudo indica, o feito aguarda apenas a designação de data para a realização do julgamento perante o Tribunal do Júri [...] (HC n. 485.511/ES, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 19/12/2019, destaquei).

Por fim, quanto ao questionamento acerca da dispensa de testemunhas, verifica-se a questão foi não examinada pelo Tribunal *a quo*, o que impede a apreciação da questão diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de, assim o fazendo, incidir em indevida supressão de instância. Confira-se:

[...]

2. A alegação concernente à negativa de autoria não foi objeto de exame no acórdão recorrido, o que obsta o seu exame por este Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância. Precedentes [...] (HC 498.524/SP, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 3/6/2019).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**